Pela criança que ainda existe na gente: a literatura infantil e juvenil segundo Bartolomeu Campos de Queirós

Por el niño que todavía existe en nosotros: la literatura infantil y juvenil segundo Bartolomeu Campos de Queirós

Carla Damas Silva[1]
Paulo Fonseca Andrade[2]

RESUMO: Neste trabalho, pretendemos problematizar os conceitos de literatura e de literatura infantil e juvenil por meio da análise de "depoimentos" de Bartolomeu Campos de Queirós. Para tanto, investigaremos, através de textos teóricos sobre o assunto, as discussões já realizadas sobre esses conceitos, em diálogo com o que Bartolomeu Campos de Queirós postula em seus textos reflexivos. Essa investigação mostra-se relevante porque o autor em questão é considerado um escritor de livros infantis, assim é interessante observar como esses depoimentos fornecidos por ele apontam para um posicionamento sobre a ideia de literatura que norteia e se reflete em suas obras, fazendo dele, ao lado de outros autores, um expoente no campo da literatura infantil contemporânea, à medida em que mostra que nem sempre a infância é "colorida", feliz e perfeita, e a criança, um ser "menos inteligente", como nos procuram fazer crer diversas produções supostamente feitas "para crianças".

PALAVRAS-CHAVE: Bartolomeu Campos de Queirós. Literatura infantil e juvenil. Criança. Paraliteratura.

[1] Aluna do Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado em Teoria Literária da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: carla_damas001@yahoo.com.br.

[2] Professor orientador do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária (Mestrado Acadêmico) – Ileel/UFU da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: oluapfr@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Muito já se discutiu, e ainda se discute, a respeito da noção de literatura, sobre quais seriam as especificidades do texto literário e, além disso, especula-se sobre quais os critérios que definem que determinada obra seja considerada literária ou não.

Neste artigo, retomamos um pouco das discussões já existentes sobre essa problemática da noção de literatura. Cabe, pois, ressaltar que nosso principal objetivo não é chegar a nenhuma definição ou conceito de literatura, mas realizamos essa retomada porque ela é necessária para a investigação que nos propusemos.

O que nos interessa neste trabalho é principalmente a investigação do conceito de literatura infantil e juvenil[3] em oposição ao de literatura "adulta", a problematização da especificidade daquela, bem como a desmitificação de uma possível hierarquia da segunda em relação à primeira e, em especial, o que diz respeito ao posicionamento de Bartolomeu Campos de Queirós, considerado um autor de obras infantis, sobre essas questões.

Para essa investigação utilizamos, ademais de textos teóricos que envolvem análises sobre a noção de literatura, textos de "depoimentos" – testemunhos e reflexões - concedidos por Bartolomeu em diferentes épocas,

[3] Utilizamos, neste artigo, a nomenclatura "infantil e juvenil" para nos referimos à literatura destinada às crianças e aos adolescentes, e não a forma conjugada "infanto-juvenil" usualmente adotada por vários autores, porque adotamos as concepções de escritores como Maria Zaira Turchi e João Luís Ceccantini, que apontam em seus estudos para uma diferenciação e independência entre os termos infantil e juvenil, e ressaltam que, uma vez que as crianças e adolescentes não podem ser considerados como um mesmo público, também os livros destinados a eles possuem algumas particularidades que refletem características próprias da infância, no caso da literatura infantil, e da adolescência, no caso da literatura juvenil. Essa discussão poderá ser melhor desenvolvida, em virtude da delimitação do espaço que dispomos, em um trabalho posterior. Cabe destacar que, embora utilizemos o termo "literatura infantil e juvenil", considerando essa diferenciação, nosso trabalho se dedica mais especificamente à parte da literatura infantil, já que envolve também a problematização do conceito de criança.

publicados em livros e periódicos, e que foram compilados em uma obra póstuma intitulada *Sobre ler, escrever e outros diálogos* (2012).

O livro em questão é dividido em duas partes. A primeira, intitulada "Leitura e memória", reúne textos que tratam da relação memória, infância e escrita nas obras do autor e que, devido ao tratamento literário que Bartolomeu lhes conferiu, não se configuram como simples relatos de experiência vivida, mas sim como um misto de real e ficção.

Na segunda parte do livro, "Leitura e educação", encontram-se textos que nos permitirão vislumbrar o pensamento de Bartolomeu tanto como escritor, a respeito do processo de criação literária que possibilite a leitura do público infantil, adolescente, quanto como professor, comprometido com o incentivo à leitura literária e preocupado em despertar nos alunos o encantamento pelas palavras, pela literatura. É principalmente essa segunda parte do livro que utilizamos como *corpus* para a análise realizada neste artigo.

Essa investigação é relevante porque o posicionamento de Bartolomeu Campos de Queirós sobre o conceito de literatura e literatura infantil e juvenil permeia toda sua obra e articula-se a uma escrita que permite a desmitificação não apenas da noção de criança enquanto *tabula rasa* a ser "preenchida" pelos conhecimentos dos adultos, mas também da noção de "hierarquia" e segregação entre a literatura infantil e a "adulta".

1 SOBRE OS (NÃO) CONCEITOS DE LITERATURA

A especulação sobre o conceito de literatura é uma questão que vem assombrando a crítica literária. Isso porque, há algum tempo, essa é pressionada pelos leitores leigos e mesmo pesquisadores sobre o porquê de se classificar determinada obra como literária ou não, ou seja, quais os critérios adotados que definiriam o que é literatura e o que não é.

Diante disso, inúmeros autores já se dedicaram à problematização do conceito de literatura, mas essa tarefa mostra-se impossível de ser finalizada, uma vez que, em um mundo marcado por transformações e metamorfoses, definições estanques e fechadas são perigosas e infrutíferas.

Essa impossibilidade de conceituação da literatura acontece, de acordo com Jorge Wanderley (1992), tanto, pois, para o autor, marcar limites e margens implica na perda da individualidade do objeto, quanto porque

> definir literatura se confunde com a definição do poético e da beleza. Ou seja: coloca de uma penada, em toda a plenitude, a questão estética no centro da discussão. E esta, sabemos, permanece irresolvida, impossível que é desvinculá-la da questão do gosto, da regência de usos e costumes e situações contextuais, da ideologia, da relativização de toda ordem (WANDERLEY, 1992 p. 253).

Assim, como não é tão simples resolver a questão do "julgamento" do estético, tampouco, como nos diz Wanderley, as definições dos dicionários conseguem resolver a questão de uma conceituação para a literatura. Assim, um caminho bastante utilizado por muitos escritores para abordar esse assunto é o da contra-argumentação.

Tenta-se, dessa forma, definir a literatura não pelo que ela é, mas sim pelo que ela não é, ou seja, vários autores trazem a seus textos algumas definições do senso comum do que seria literatura para, assim, contra-argumentá-las, descontruir essas hipóteses e desmitificar certas concepções equivocadas e limítrofes sobre a noção de literatura que não se sustentam.

Antoine Compagnon (1999) salienta o quanto essa questão de uma definição da literatura incomoda na academia e é uma questão repetitiva (e nunca resolvida). Segundo o autor,

> A cada ano, diante de novos estudantes, é preciso recomeçar com as mesmas figuras de bom senso e clichês irreprimíveis, com o mesmo pequeno número de enigmas ou de lugares comuns que balizam o discurso corrente sobre a literatura (COMPAGNON,1999, p. 18).

O próprio Compagnon salienta que a questão "O que é literatura?" é insolúvel e que muitas vezes se cai na tautologia da afirmação "literatura é literatura". No entanto, evidentemente a tautologia é insuficiente e insatisfatória nesse caso, daí haver ainda hoje investigações e tentativas de se chegar a uma concepção mais satisfatória sobre a literatura.

Terry Eagleton (1997) é um dos autores que usa a contra-argumentação para discutir esse conceito. Ele elenca em seu texto vários clichês do que seria literatura para, a seguir desconstrui-las. Primeiro, o autor cita a noção de que a literatura seria a escrita "imaginativa", ficcional. No entanto, essa ideia logo cai por terra quando o escritor cita autores como Francis, Bacon, Descartes, Pascal etc, cuja escrita não é imaginativa e são classificados como literatura.

Depois Eagleton aborda a ideia de que a literatura é o emprego da linguagem de forma peculiar, de que ela "transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana" (EAGLETON, 1997, p. 2).

Porém, do mesmo modo, tal definição é rebatida pelo autor, pois, segundo ele, muitas vezes a fala comum surpreende as pessoas por poder se tornar algo desviante, uma forma especial de linguagem, e provocar "estranheza", critério que os formalistas russos utilizavam para classificar um texto como literário ou não.

Além disso, Eagleton destaca que um texto pode "nascer" literário ou se tornar literário e, nesse sentido, dependeria da forma como as pessoas o consideram. Assim, a classificação do que é literatura ou não depende da decisão das pessoas. Dessa forma para o autor,

> não seria fácil isolar, entre tudo o que se chamou de "literatura", um conjunto constante de características inerentes. Na verdade, seria tão impossível quanto tentar isolar uma única característica comum que identificasse todos os tipos de jogos. Não existe uma "essência" da literatura (EAGLETON, 1997, p. 12).

Assim, o escritor chega a uma categorização que perpassa a subjetividade de que a literatura talvez seja "qualquer tipo de escrita que, por alguma razão, seja altamente valorizada" (EAGLETON, 1997, p. 13). Aqui, uma questão que se apresenta é a respeito do julgamento de valor que envolve o conceito de literatura, uma vez que para Eagleton os julgamentos de valor têm estreita relação com o que se considera literatura.

Isso implica que os valores não são imutáveis e, dessa forma, o que se valoriza hoje pode não ser tão valorizado futuramente, daí um texto se tornar literário (ou deixar de ser) de acordo com o critério de valor presente em um determinado contexto histórico-social.

Todavia, essa subjetividade que envolve a adoção de critérios valorativos é perigosa, pois corre-se o cristo de cair na aporia de se considerar que a literatura depende única e exclusivamente da decisão relativista de um grupo (a crítica). Seria isso, então, literatura? Algo que não pode ser explicado e que só pode ser definido com base em gostos particulares de uma ordem influente? Como resolver essa questão?

É preciso recuperar as considerações finais de Eagleton em seu texto, nas quais o autor salienta que, embora juízos de valor estejam envolvidos na classificação de uma obra como literária,

> não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do Empire State (EAGLETON, 1997, p. 22).

Portanto, a questão dos valores atribuídos às obras literárias é mais complexa do que parece ser inicialmente, uma vez que os valores adotados na avaliação de uma obra estariam embasados em ideologias inerentes à própria

constituição social, ou seja, envolveriam questões extralinguísticas e extraliterárias.

Essa questão do critério de valor adotado pela crítica também está nas discussões de Compagnon. Para ele, a crítica seria responsável por enunciar "proposições do tipo 'A é mais belo que B'" (COMPAGNON, 1999, p. 22) e visa a avaliar o texto. Por isso, o autor classifica a crítica como sendo relativista.

Os critérios de valor apontados por Compagnon seriam responsáveis pela exclusão de certos textos, pois conforme aponta o autor, "[t]odo julgamento de valor repousa num estado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é" (COMPAGNON, 1999, p. 33).

Também Leyla Perrone-Moisés (2000) destaca que a fixação do cânone depende de valores sacramentados em uma determinada concepção de cultura e implica uma apreciação consensual diretamente relacionada aos fundamentos da sociedade.

Dessa forma, como ressaltado por vários autores, essa questão dos valores não é simples de ser resolvida. Por isso, não nos deteremos na investigação de como se estabeleceram ideológica, social e historicamente esses valores tão caros à crítica e que têm origens extraliterárias e intertextuais, que são espécies de constructos determinados por uma determinada cultura. O que nos interessa, pois, é "a consequência" muitas vezes gerada por essa adoção de valores em relação à literatura.

O que acontece é que o critério de valor muitas vezes se torna o responsável pela separação entre a literatura "culta" e "popular", pela hierarquia dos cânones em relação às demais obras, por se considerar uma literatura "maior, melhor, mais valiosa" em oposição a outra que seria "menor, pior, mais pobre", e pela classificação entre "boa e má" literatura.

O resultado dessa valoração atribuída às obras é que algumas acabam por ser classificadas como *paraliteratura*, indicando os livros que pertenceriam a uma literatura "menor". Cabe destacar que não nos referimos à diferenciação entre "boa" e "má" literatura de uma forma geral e abrangente; o que nos interessa, em relação a esse critério de valoração, é a inferiorização estabelecida por supostos critérios de valor, que está presente no tratamento da literatura infantil e juvenil em relação à "adulta".

Assim, a questão que nos interessa é o fato de, muitas vezes, a literatura voltada para o público infantil, ser assimilada como *paraliteratura*. E é justamente tanto a noção de literatura infantil e juvenil, (e consequentemente a de criança, uma vez que essa depreciação valorativa está também relacionada à própria inferiorização intelectual e de outras ordens da criança em relação ao adulto, que muitas vezes acontece) quanto à classificação dessa literatura como "menor" que pretendemos problematizar, com a ajuda dos depoimentos de Bartolomeu Campos de Queirós, na próxima seção deste artigo.

2 LITERATURA INFANTIL E JUVENIL E CONSIDERAÇÕES/REFLEXÕES DE BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS

A problematização da definição de literatura infantil implica uma necessária investigação sobre o surgimento dessa nomenclatura, que está atrelada ao próprio conceito de infância e de criança. No debate contemporâneo que envolve essa discussão, levanta-se uma série de indagações sobre as características que estão presentes nesse tipo de texto – ou que o senso comum acredita que esses textos possuam – e sobre o uso que se faz dos livros considerados como literatura infantil.

Desde a institucionalização dos contos de fadas, no século XVII, "como um gênero aristocrático especialmente valioso para a educação das crianças" (CANTON, 1994, p. 31), e da invenção do conceito de criança nesta mesma

época, estabeleceu-se uma espécie de "consenso": as crianças são seres incapazes e dependentes da proteção dos adultos. Foi nessa época que, como nos diz Ana Maria Clark Peres (1997), surgiu também a classificação de literatura infantil:

> É para essa criança que é inventada a literatura infantil: uma criança considerada inocente, pura (assexuada?), ingênua, frágil, ignorante, dependente, incapaz, irracional, inferior, imperfeita. Criança esta que precisa ser moldada pelos mais velhos, preparada "adequadamente" para a vida (PERES, 1997, p. 34-35).

Assim, até essa época, não existia a nomenclatura de literatura infantil ou juvenil. Pressupõe-se, pois, que as crianças, quando alfabetizadas, liam os mesmos livros que os adultos, na medida em que suas possibilidades permitiam.

No entanto, quando a criança deixou de ser considerada "um adulto em miniatura", devido a uma série de eventos sociais, históricos e econômicos que atuaram na mentalidade humana do século XVII, que forjaram a imagem de ser frágil que necessitava do cuidado e da orientação dos adultos, é que surgiu a preocupação com livros adequados aos seus interesses, necessidades, faixa etária e características próprias

Essa noção criada na sociedade pré-renascentista resultou em ações voltadas na tentativa de "resguardar" a inocência infantil. Dessa forma, as crianças foram relegadas a espaços específicos que as mantivessem a salvo dos perigos do mundo (como o sexo, por exemplo). Esse lugar, "foi a escola, o colégio" (ARIÈS, 1981 apud PERES, 1997, p. 34).

Assim, surgiram textos especialmente "construídos para disseminar noções que deveriam regular o comportamento das crianças e homogeneizar os seus valores." (CANTON, 1994, p. 42). Isso resultou em uma aliança com a pedagogia, e as obras para crianças passaram a incentivar, por meio de uma

linguagem infantilizada, ideologias pedagogizantes, caráter utilitário e lições de moral, a passividade, a submissão e a assexualidade.

O tom moralizador dessas obras e o didatismo, somados à infantilização de temáticas e da linguagem, deram origem a textos a serviço da pedagogia e da moralização endereçados às crianças, que foram classificados como um novo gênero, o da literatura infantil, como salienta Canton:

> Com a expansão das técnicas de impressão e edição, um novo gênero literário se desenvolveu. Os motivos populares passaram a refletir particularmente a moral da corte francesa do final do século XVII e foram também transformados em literatura infantil (CANTON, 1994, p. 32).

Dessa forma, tornou-se comum considerar-se literatura infantil como *subliteratura* ou *paraliteratura,* como uma "arte menor", uma vez que, por essas características enumeradas que muitas obras endereçadas às crianças possuíam, os livros infantis eram considerados como fáceis e simples, ou seja, não exigiam verdadeiramente um trabalho de compreensão textual, pois as obras seriam previsíveis e enfadonhas se comparadas à literatura "adulta".

Apesar de muito tempo ter se passado desde o surgimento da literatura infantil e do conceito de criança e terem ocorrido diversas transformações sociais desde então, parece haver uma resistência por parte da sociedade em manter essa imagem de ser dependente das crianças.

Desse modo, hoje nos deparamos, de um lado, com um universo de produções literárias voltadas para o público infanto-juvenil, de caráter didático, pedagogizante e estereotipado, que visam a ditar modelos de comportamento e "resguardar" a inocência dessa criança inventada, que deve ser privada do conhecimento de temas polêmicos e da dureza do mundo.

Felizmente, por outro lado, há também um acervo de obras ricas e complexas endereçadas às crianças, que possuem caráter instigante e que

diferem muito dos textos a serviço exclusivo da pedagogia, que eram e ainda são produzidos com o objetivo doutriná-las.

Todavia, apesar dessa nova configuração de obras infantis e juvenis, ainda hoje a literatura infantil sofre preconceito, que chega à máxima de, como destaca Peter Hunt (2010), não se aplicar a mesma norma crítica usada para a literatura adulta à infantil.

Inclusive, muitos autores consagrados têm seus trabalhos para crianças considerados inferiores e esses são pouco estudados na academia. No entanto, postular que a literatura infantil seja inferior à adulta é um grande equívoco, uma vez que ela hoje não é a mesma de quando surgiu no século XVII, quando os adultos e as instituições não estavam preocupados em criar formas de arte, por isso, o conceito de criança forjado nessa época também já não cabe.

Apesar de Eagleton e Compagnon afirmarem que os valores mudam com o passar do tempo, transformando-se assim a própria concepção de literatura, parte da crítica (e dizemos parte, pois felizmente há exceções) não considerou essa mudança da literatura infantil, que deixou de ser apenas uma ferramenta exclusiva para transmitir normas, e por isso a considera algo "menor".

Assim, na contemporaneidade, existem vários autores que tentam desmitificar essa visão da inferioridade da literatura infantil, pois argumentam que a literatura infantil não pode ser mais considerada apenas como meio pedagógico, mas sim como uma forma de arte igualmente valiosa quanto qualquer outro tipo de literatura.

Um desses é Peter Hunt, o qual afirma que "a suposição de que a literatura infantil seja necessariamente inferior a outras literaturas – para não falar que é uma contradição conceitual – é, tanto em termos linguísticos como filosóficos, insustentável" (HUNT, 2010, p. 48).

A tarefa de escrever um texto endereçado às crianças é até destacada por alguns escritores como sendo mais complexa que os destinados aos adultos, pois

> a literatura infanto-juvenil nasce de uma superioridade – de uma superior idade –, quando o escritor, sendo enfim capaz de atravessar o infinito literário, é também capaz de contá-lo, de contar isso que não se conta: o infinito. [...] É nessa solenidade, nessa solene idade, que situo a literatura infanto-juvenil. Pois, se ela deve exprimir, com toda sua força, a arte de contar histórias – e todos os grandes escritores dessa literatura da maioridade parecem saber disso – ela deve ser impregnada dessa autoridade do narrador, aquele que, tendo atravessado a morte, é capaz de fazer dessa experiência uma transmissão (CASTELLO BRANCO, 2004, p. 37-38).

Para Lucia Castello Branco, na esteira de Benjamin e Blanchot, as histórias situam-se no espaço do infinito, e, para atravessá-lo e conseguir contá-las, é preciso ter consciência da finitude da vida, da passagem irreversível do tempo. Dessa forma, escrever textos endereçados às crianças na contemporaneidade, o contar histórias, envolve uma complexidade que só pode ser atingida pelos escritores que conseguem fazer essa travessia.

Assim, devido a essa mudança sofrida pela literatura infantil, que hoje já não é mais uma forma de doutrinar as crianças, questiona-se hoje, afinal, o que seria essa literatura? O que a diferenciaria das demais literaturas? Também se indaga qual o conceito de criança que impera na contemporaneidade.

Para Ana Maria Clark Peres (1997), depois de quase três séculos do surgimento do conceito de criança e de literatura infantil, o modo de se conceber a criança já não é o mesmo. Dessa forma, a autora questiona se ainda é possível enxergar a criança de hoje com um ser incapaz e débil.

A literatura infantil pedagogizante ainda existe, nos dias atuais, no sentido de se considerar a criança de hoje com o mesmo conceito surgido no século XVII, de criança *tabula rasa*, para a qual cabe aos adultos selecionar o que sua pouca inteligência é capaz de absorver.

Para Peres, a teoria psicanalítica definiria melhor esses seres que são alvos se tanta teorização. De acordo com a autora, criança de hoje é aquela que

> vivencia obstáculos, rupturas, barreiras, limites, perdas, falta: uma *criança desejante* e sempre singular. Criança inventiva, apta, portanto, a escolher seus rumos e seus próprios textos, sem maiores 'ajudas' do adulto (PERES, 1997, p. 37).

O termo *criança desejante*, destacado por Peres, designa não aquela criança compartimentada em faixas etárias que precisa de lições de moral, mas a criança-leitora, pronta para buscar, procurar, inscrever nos livros o seu desejo, para aprender de acordo com suas próprias experiências e escolhas.

Assim, hoje há autores, que verdadeiramente escrevem textos literários, que não estão preocupados apenas em educar, mas sim em considerar a criança enquanto ser *desejante,* inventivo, ávido e curioso, pronto e capaz de fazer sua própria leitura sobre o que é dito (ou não) nos livros.

Em geral, esses autores até mesmo criticam abertamente a visão de criança enquanto recipiente passivo e incapaz de compreender certos conteúdos. Entre esses escritores tão caros à literatura brasileira, e que, devido à preciosidade do trabalho que realizam, merecem ser cuidadosamente estudados, está Bartolomeu Campos de Queirós.

O acervo de obras publicadas de Bartolomeu Campos de Queirós conta com mais de 40 livros, nos quais encontramos temáticas variadas voltadas para a fantasia, relações familiares etc. Contudo, engana-se quem pensa que os livros de Bartolomeu resumem-se sempre a temas lúdicos, pois muitas de suas obras são permeadas por dores, sofrimentos e angústias. Embora seja considerado um autor de literatura infantil e juvenil, ele afirmava não escrever especificamente para as crianças:

> comecei a escrever pelo prazer de escrever, nunca fiz uma proposta de trabalho para a criança, isso é uma coisa bem clara para mim. As

> pessoas que resolvem fazer coisas para a criança se tornam muito chatas. *A gente faz pela criança que ainda existe na gente* (QUEIRÓS, 2012, p. 55, grifo nosso).

Para Bartolomeu, a infância, e por consequência a literatura infantil se configuraria como um mundo de possibilidade em relação à literatura "adulta": "O adulto está esgotado – como o velho mundo –, mas vejo a infância aberta e sem preconceitos. O mais jovem possui a vivacidade, a força transformadora como elemento mobilizador da vida." (QUEIRÓS, 2012, p. 69)

Assim, a noção de criança imaginativa, *desejante*, também está presente na visão de Bartolomeu Campos de Queirós, pois para ele "se considerarmos a criança como um ser burro e o professor como um ser ignorante, fica mais fácil escrever" (QUEIRÓS, 2012, p. 56).

Para o autor, a criança é um ser inteligente e esperto, daí a dificuldade de se escrever textos que eles lerão. A criança não é um ser débil que possa ser "enganado" por qualquer produção textual infantilizada ou mesmo pueril que não permita a ela exercitar sua criatividade e inventividade.

Nos textos de Bartolomeu, e o autor deixa isso claro nos "depoimentos" nos quais nos baseamos, há uma grande preocupação em deixar um espaço para que a criança participe efetivamente, por isso, em muitos de seus livros os fatos não aparecem "acabados" e o leitor é convidado a imaginar, fantasiar, criar a partir do não dito.

Nas palavras do autor: "o texto que eu escrevo não é o texto que a criança lê. Ela gosta do meu texto não pelo que escrevi, mas existe nele uma estrutura ausente que só ela sabe para onde o texto conduz" (QUEIRÓS, 2012, p. 59). Assim, o texto literário deve permitir ao leitor essa liberdade:

> a criança, na minha observação, tem sempre esse silêncio, e é um silêncio no qual ela está repleta de liberdade, no qual ela estabelece o jogo, no qual ela estabelece a inventividade, no qual ela faz a criação. E quando penso quais são os elementos que estabelecem a arte são os mesmos que estabelecem a infância (QUEIRÓS, 2012, p. 58).

Dessa forma, para Bartolomeu, escrever seria, acima de tudo, conter-se, para deixar propositalmente esses espaços, pois, sem eles, é impossível que o leitor inscreva-se no texto:

> Depois descobri que escrever para criança é um ato de contenção. Eu não posso nunca, no meu trabalho para a criança, deixar escorregar toda a minha fantasia. Tenho que conter o texto, reduzir o texto, para a criança encontrar nele lugar para o imaginário dela (QUEIRÓS, 2012, p. 56).

E, para fazer isso, para preencher esse silêncio deixado, é preciso que o leitor coloque em prática a criatividade, a inventividade, crie, complete, adjetive, introduza-se no texto. A criança-leitora, considerada por Bartolomeu, tem plena capacidade de escolher que caminho quer tomar no texto, ela não precisa da ajuda do adulto para guiar suas escolhas.

Portanto, se a própria noção de criança mudou com o passar do tempo, e percebe-se isso nas obras contemporâneas, o conceito de literatura infantil também se modificou e já não suporta mais os lugares comuns que lhes são atribuídos, resquícios da mentalidade do que se considerava literatura infantil no século XVII.

Tentar defini-la e destacar suas especificidades, no entanto, não deixa de ser um desafio para o qual também é necessário utilizar a contra-argumentação em relação ao que a diferenciaria da literatura adulta. Essa problematização é também uma forma de desmitificar uma equivocada hierarquia que existiria entre elas.

Paula Mastroberti (2007), na investigação do conceito de literatura infantil e juvenil, questiona lugares comuns que definiriam essa literatura. Para a autora não seriam as ilustrações presentes em alguns livros as responsáveis por essa conceituação, uma vez que há muitos textos adultos ilustrados da mesma forma que há textos para crianças sem ilustrações. Além

disso, Mastroberti aponta que também não seria o estilo que diferenciaria o livro infantil, uma vez que não há uniformidade nos estilos das obras consideradas como tais. Ademais, não seria a temática da fantasia a responsável por essa diferenciação, pois há obras de literatura infantil que trazem temáticas bem realistas.

O próprio Bartolomeu Campos de Queirós, em suas obras, trata de temáticas de dores e sofrimentos, das quais as crianças não devem ser "poupadas" devido a sua idade cronológica, uma vez que a tristeza é um elemento que pode estar presente em qualquer fase da vida.

> Espantam-me as pessoas capazes de traçar cânones, normas, ensinando como construir um texto para os "pequenos" – muito diálogo, muita ação, frases curtas, sem esquecer o humor. Nada de tristeza. Se sabem tanto como deve ser o livro, desconhecem o processo de criação literária (QUEIRÓS, 2012, p. 81).

Daí, vários estudiosos criticarem o fato de diversas produções infantis retratarem a infância com uma fase "colorida", feliz e perfeita como nos procuram fazer crer diversas produções supostamente feitas "para crianças". Os textos que fazem isso, de acordo com Peter Hunt, realizam uma espécie de enganação do leitor, por isso o autor destaca a necessidade de as obras infantis e juvenis trazerem temas considerados polêmicos, como a morte, por exemplo. Para o ilustrador britânico Edward Ardizzone, os adultos não devem "proteger" as crianças desses assuntos,

> afinal de contas, num certo sentido os livros para criança são uma introdução à vida que se estende diante delas. Se não houver nesses livros nenhuma alusão à dureza do mundo, tenho dúvidas se estaremos jogando limpo com elas (apud HUNT, 2010, p. 60-61).

Retomando a discussão realizada por Mastroberti (2007), a autora também mostra em seu texto que não seria a narrativa linear que diferenciaria a literatura infantil da adulta, pois, no mundo globalizado, as crianças estão

acostumadas com diversas produções que se iniciam no fim e depois retornam ao passado.

Por último, a autora traz a questão da linguagem mais simples e coloquial que permearia as obras de literatura infantil e juvenil e argumenta que nem mesmo os adultos dominam plenamente a língua e frequentemente nos deparamos com palavras que não conhecemos, pois estamos em permanente formação vocabular. Logo, essa concepção de as obras adultas terem necessariamente uma linguagem mais complexa e as infantis e juvenis uma mais simples e infantilizada, com presença de muitos diminutivos, por exemplo, não se sustenta.

Assim, subentende-se que o pensamento de que a criança não vai entender determinada obra é um equívoco, pois não há uma interpretação "certa" para o texto literário, daí questionarmos se "não poderia a criança, diante de produções variadas, fazer leituras diferentes das nossas e até mesmo justificá-las?" (PERES, 1997, p.38).

Nesse sentido, podemos perceber que Bartolomeu Campos de Queirós possui pensamento semelhante, pois para ele, não devemos selecionar livros para crianças baseados no que pensamos que elas entenderão ou não, pois ninguém nunca entende algo da mesma forma que o outro, e, ademais, é essa riqueza de "interpretações" que tornam o texto literário tão rico e interessante.

> Escuto sempre, daqueles envolvidos diretamente com a formação do leitor, a seguinte frase: "Não dou esse livro para as crianças porque elas não vão entender o que o autor quis dizer". E por acaso o professor, o orientador, os pais entenderam? Cada um lê no texto a sua experiência, daí a vantagem da literatura, a de criar divergências de sentimentos, entendimentos e emoções. A palavra é para abrir portas e não para pintar uma única paisagem (QUEIRÓS, 2012, p. 81).

Para Bartolomeu, essa possibilidade de várias leituras seria possibilitada, em seus textos, pelo uso da metáfora. Por isso, ele diz exercer esse recurso

> não apenas como uma figura de linguagem. A metáfora é apta também para democratizar o texto, torná-lo possível a um número maior de leitores. Por assim ser, uso com desmedo suas qualidades. Elas são capazes de abrandar, diante do leitor, o peso de apenas eu conhecer pedaços das coisas (QUEIRÓS, 2012, p. 74).

Seria, pois, para Bartolomeu, esse elemento o responsável por propiciar as diferentes leituras em um texto literário e agregar-lhe beleza e divergência, uma vez que "a metáfora cria arestas, faces, dúvidas. E esta metáfora em função da arte, da beleza, abrirá portas para muitas e infindáveis paisagens que já existiam na alma do leitor" (QUEIRÓS, 2012, p. 68).

O texto literário, dessa forma, não deve trazer uma lição de moral, um ensinamento para o leitor, mas sim deve surpreendê-lo, provocá-lo, instigá-lo. Por isso, ele deve ser assimétrico, pois "se os textos literários, infantis ou não, não fossem assimétricos, então seus leitores não depreenderiam nada de novo, mas enxergariam, ali, cristalizado, apenas um reflexo deles mesmos" (MASTROBERTI, 2007, p. 4).

Essa divergência de interpretações, de leituras, possibilitada pelos espaços existentes no texto literário, que permitem a participação dos leitores, a criação, é justamente o que, para Bartolomeu Campos de Queirós, diferencia o texto literário do didático:

> O que me leva a diferenciar um texto literário de um texto didático reside aí. Enquanto um texto didático procura uma convergência, todos os leitores chegando a uma mesma resposta, apontando para um único ponto, o texto literário procura a divergência. [...] Há livro que "ensina", ou melhor, determina a sina do sujeito. Há livro que concorre para o sujeito reinventar o seu destino (QUEIRÓS, 2012, p. 74).

É recorrente nos depoimentos de Bartolomeu a distinção do que seria para ele textos literários infantis e juvenis e textos didáticos. Ao que parece, para o autor, é importante que essa distinção seja bem demarcada:

> Vejo na literatura infantil duas linhas distintas de pessoas que trabalham nela. Aquelas que escrevem para crianças e que fazem um texto povoado de preconceito, povoado de receita, povoado de medo, povoado de insegurança; e outras que trabalham pela infância que possuem, por não tê-la perdido ainda. Então são pessoas capazes, de fato, de estabelecer para a criança um texto literário, porque os outros não fazem mais do que um texto didático (QUEIRÓS, 2012, p. 55).

Assim, na visão de Bartolomeu, o texto literário é o que permite diversas adjetivações, a criação de diferentes terceiras histórias, diferentes de leitor para leitor, porque o que o texto literário quer é justamente isso, que cada leitor tome um caminho diferente e não que cheguem ao mesmo lugar.

Portanto, de uma forma geral, para o autor, se a escrita

> não permite voos aos leitores ela não é literária. Suponho que a literatura abre porta, mas a paisagem está aninhada no coração do leitor. A imaginação é privilégio de todos os indivíduos. Insisto em construir um texto capaz de possibilitar aos jovens a conquista de maiores alturas. [...] Quero um texto que tanto permita a entrada da criança como também acorde a infância que mora em todo adulto (QUEIRÓS, 2012, p.73).

Desse modo, podemos perceber que Bartolomeu não faz distinção separatista entre literatura adulta e infantil. Isso indica também que não deve ser dado um tratamento diferenciado a elas, no que diz respeito ao tratamento, à crítica e às análises, pois não há uma mais "complexa" ou outra mais "fácil". A obra literária, na visão dele, é aquela que permite ao leitor, seja ele adulto seja criança, completar uma estrutura ausente que variará de leitor para leitor.

Pensamento muito semelhante encontramos no texto de Ana Maria Clark Peres, pois, para a autora, a tentativa de definição da literatura infantil não deixa se ser restritiva, por isso a diferenciação entre literatura adulta e infantil não deve ser perseguida, estabelecida de forma segregacionista:

> em vez de perseguir o que significa esse "infantil" acrescentado à literatura, em vez de cercar suas características e fechar a questão, por que não abrir o jogo, expor as crianças aos mais diferentes tipos de

> textos ("infantis" ou não) e permitir que elas façam suas leituras, segundo a verdade do seu desejo? (PERES, 1997, p. 39).

Em uma analogia muito interessante, Bartolomeu retoma uma conversa que teve com a poetisa Henriqueta Lisboa, na qual a escritora ressalta que na natureza não há "uma árvore para adulto e uma árvore para criança" (QUEIRÓS, 2012, p. 56). Assim, de acordo com o autor, não há necessidade de "fazer uma literatura para adulto e uma literatura para criança" (QUEIRÓS, 2012, p. 56):

> eu comecei a pensar que a literatura para criança era uma literatura apenas que permitisse também às crianças um outro nível de interpretação, mas que o adulto pudesse se aninhar naquele texto, da sua maneira também, e que a literatura infantil seria para mim apenas uma questão de criar níveis de leitura (QUEIRÓS, 2012, p. 56).

Por isso, Bartolomeu afirma não escrever especificamente para crianças, mas sim obras que possibilitem a leitura desse público. Nesse sentido, para permitir a entrada das crianças nas obras é preciso criar níveis de leitura não porque as crianças não serão capazes de entender um nível "adulto", mas para *encantá-las*.

Na visão do autor, criar níveis de leitura que possibilitem às crianças adentrar as obras implica a presença de elementos imprescindíveis:

> Numa obra que procura ser também possível aos jovens existem elementos essenciais: adequação da linguagem sem empobrecer o texto, ritmo e sonoridade, busca do inusitado, capacidade de sedução a partir dos rompimentos com o linear (QUEIRÓS, 2012, p. 76).

Todos esses recursos é que permitem à criança projetar seus desejos no texto, e são uma forma de provocar o encantamento das crianças pelas palavras. A única forma de realmente incentivá-las a se interessar pela literatura é promover esse encantamento, pois as metodologias, as pedagogias, mostram-se muitas vezes ineficazes nesse sentido.

> A escola não percebe que a literatura exige do leitor uma mudança, uma transferência movida pela emoção. Não importa o que o autor diz, mas o que o leitor ultrapassa. E a literatura é feita de palavras, e é necessário um projeto de educação capaz de despertar o sujeito para o encanto das palavras. Eles não descobriram, por exemplo, que toda palavra é composta. Quando se diz a palavra "pai", sei que cada indivíduo ouvinte adjetiva essa palavra com sua experiência. [...] Haverá tarefa mais significativa para a escola do que esta de sensibilizar o sujeito para desvendar as dimensões da palavra? (QUEIRÓS, 2012, p. 68).

Assim, a opinião de Bartolomeu coaduna com a de Ana Maria Clark Peres, de que não deve haver distinção, segregação entre adultos e crianças, ou seja, encaixotamento do público por faixa etária, em relação à literatura:

> esta distinção radical – literatura para crianças versus literatura para adultos – não seria um resquício do século XVII presente na sociedade contemporânea? Se cada criança, para mim, é sinônimo de originalidade e de invenção, como enquadrar todas elas (e enquadrar a literatura) numa única fórmula? (PERES, 1997, p. 38).

Dessa forma, não há que se considerar a literatura infantil como uma forma "menor", "inferior", ou mesmo *paraliteratura,* pois os textos destinados às crianças podem ser tão complexos, instigantes e ricos quanto os textos "adultos". Assim, também a criança não deve ser vista como "menos inteligente", "débil" e sim como um ser curioso, esperto, *desejante* por descobertas e por projetar nos textos seus sonhos, a sua criatividade.

Além disso, na contemporaneidade, o termo infantil associado à literatura não significa que ela tenha sido feita necessariamente para crianças. Na verdade, a partir dos depoimentos de Bartolomeu Campos de Queirós e das considerações dos vários autores elencados neste artigo, depreende-se que a literatura infantil acaba sendo aquela que, de alguma forma, *aciona os desejos* do leitor (da criança interior do leitor), seja ele pertencente a qualquer faixa etária.

Assim, a autêntica literatura infantil não deve ser feita essencialmente com intenção pedagógica, didática ou para incentivar hábito de leitura. Esse tipo de texto deve ser produzido *pela* criança que há em cada um de nós, essa criança ávida por emergir do esconderijo no qual nós, adultos, muitas vezes insistimos em escondê-la.

RESUMEN: En este trabajo, tenemos la intención de discutir los conceptos de la literatura y de la literatura infantil y juvenil a través del análisis de los "testimonios" de Bartolomeu Campos de Queirós. Para tanto, vamos a investigar, a través de textos teóricos sobre el tema, las discusiones ya hechas sobre estos conceptos en diálogo con lo Bartolomeu Campos de Queirós postula en sus textos reflexivos. Esta investigación es importante porque el autor en cuestión es considerado un escritor de libros para niños, por lo que es interesante ver cómo estos testimonios prestados por ello apuntan a una posición sobre la idea de la literatura que guía y se refleja en sus obras, haciendo de él, junto a otros autores, un exponente en el campo de la literatura infantil contemporánea, en la medida en que muestra que la infancia no es siempre feliz y perfecta, y el niño, un ser "menos inteligente", como muestran varias producciones supuestamente hechas "para los niños."

PALABRAS CLAVE: Bartolomeu Campos de Queirós. La literatura infantil y juvenil. Infancia. Paraliteratura.

REFERÊNCIAS

CANTON, Kátia. *E o príncipe dançou:* o conto de fadas, da tradição oral à dança contemporânea. São Paulo: Ática, 1994.

CASTELLO BRANCO, Lucia. A superioridade da literatura infanto-juvenil. *Asa-Palavra*, v. 1, n. 1, Brumadinho: Faculdade Asa, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil*: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COMPAGNON, Antoine. O que restou de nossos amores? In: _____. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária:* uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GINZBURG, Jaime. Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura. *Revista de Letras,* São Paulo, 44(1), 2004, p. 97-111.

GINZBURG, Jaime. O valor estético: entre universalidade e exclusão. *Alea,* v. 10, n. 1, 2008, p. 98-107.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil.* Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LIMA, M. M. Soares de; PEREIRA, Jaquelânia A. A infância poética em Bartolomeu Campos de Queirós: uma leitura de Ler, escrever e fazer conta de cabeça. In: PINHEIRO, H. PEREIRA, J. A.; NETO, M. A. (Orgs.). *Literatura e formação de leitores*. Campina Grande: Bagagem, 2008.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Leitura, literatura e escola:* sobre a formação do gosto. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MALUFE, Annita. Passagens entre escrita e vida. *Letras & Letras,* Uberlândia, v. 26. 1, p. 33-50, jan./jun. 2010

MARTINS, Aracy Alves. Bartolomeu: Filho do sonho, neto do sono? In: GAMA-KHALIL, Marisa Martins; ANDRADE, Paulo Fonseca (Orgs.). *As literaturas infantil e juvenil... ainda uma vez.* Uberlândia: GpEA; CAPES, 2013.

MASTROBERTI, Paula. *Literatura infanto-juvenil:* gênero, estilo ou etiqueta? 2007. Disponível em:
<http://www.dobrasdaleitura.com/revisao/estiloetiqueta.html>.

PERES, Ana Maria Clark. Desejando o livro: a essência da literatura infantil. In: PAULINO, Graça (Org.*). O jogo do livro infantil.* Belo Horizonte: Dimensão, 1997.p. 33-40.

PERES, Ana Maria Clark. *O infantil na literatura:* uma questão de estilo. Belo Horizonte: Miguilim, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Consideração intempestiva sobre o ensino da literatura. In: _____. *Inútil poesia e outros ensaios.* São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Sobre ler, escrever e outros diálogos*. ABREU, Júlio de, (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIM, José Luis (Org). *Palavras da crítica:* Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.